



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia*

---

22.12.2009

## COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição da Sr.<sup>a</sup> Neelie KROES, Vice-Presidente da Comissão indigitada/  
Comissária indigitada para a Agenda Digital

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pela Sr.<sup>a</sup> Neelie KROES.

O Secretariado

CM\800905PT.doc

PE431.149v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

## **RESPOSTAS DA COMISSÁRIA INDIGITADA**

**Neelie KROES**

**(Agenda Digital)**

**AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**

### **Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

É para mim uma honra ter sido indigitada para exercer um segundo mandato como Comissária europeia. Sou economista de formação e, por isso, tenho tendência para pensar em termos de eficiência e bem-estar e de busca de soluções de bom senso. Estes princípios fundamentais, assim como o meu sentido do dever público e a minha determinação, foram para mim de um valor inestimável ao longo do meu percurso no mundo empresarial e na política.

Durante 12 anos exerci funções no Governo neerlandês, primeiro como Vice-Ministra e depois como Ministra dos Transportes, das Obras Públicas e das Telecomunicações. Durante esses anos fui responsável, por exemplo, pela privatização dos sectores dos correios e das telecomunicações, pelo que, em 2004, quando fui nomeada pelo Presidente Barroso Comissária responsável pela Concorrência, já estava bem familiarizada com os temas da liberalização e da regulação do mercado.

No meu actual cargo, vi de que modo a concorrência e a regulação têm por vezes de coexistir para garantir eficácia na afectação dos recursos, em benefício dos consumidores e das empresas. Adquiri uma vasta experiência no que respeita aos sectores regulamentados e, em particular, ao das tecnologias da informação e das comunicações.

Através das nossas investigações ao comportamento dos operadores históricos de telecomunicações e dos produtores de software e hardware e das decisões tomadas nesse âmbito, adquiri um profundo conhecimento do papel, presente e futuro, da UE nesses sectores. Hoje, as nossas acções visam tornar a liberalização das redes uma realidade e estimular a concorrência através do incentivo à entrada no mercado. Mas não descaramos o futuro, encorajando o desenvolvimento do «acesso de próxima geração» e criando um quadro de auxílios estatais para a promoção da próxima geração de banda larga de elevado débito. Partilhei a responsabilidade de aconselhar as autoridades dos Estados-Membros sobre a

regulação dos mercados das telecomunicações de acordo com a directiva-quadro e conto assumir a responsabilidade única por esta matéria na próxima Comissão.

Também tive de aprofundar os meus conhecimentos sobre as tecnologias em desenvolvimento, assim como sobre os meios de distribuição disponíveis. Vi-me confrontada com a questão das normas abertas e os desafios da interoperabilidade, com a necessidade de garantir uma protecção adequada dos conteúdos em linha e ainda com toda a gama de instrumentos existentes para navegar na Web!

Enquanto Comissária responsável pela Concorrência, não descurei esforços para aproximar as políticas da União dos seus cidadãos. Não me intimidei perante os grandes interesses económicos e sempre me empenhei em promover os interesses dos consumidores. De facto, coloquei-os no centro da minha agenda política.

Penso que o mercado único é a jóia da coroa da Europa. O mercado único é o veículo não só para uma paz duradoura, mas também para a estabilidade económica, o crescimento e o emprego, nomeadamente no contexto da crise económica e financeira mundial. Para que prospere, devemos dizer não ao protecçãoismo, que ameaça dividir o mercado único segundo as fronteiras nacionais, e sim a uma liberalização da actividade das empresas que, com base numa concorrência leal, garanta o máximo bem-estar aos consumidores.

Assumo o compromisso público de agir com independência e na defesa intransigente do interesse de todos os europeus, em obediência às obrigações e normas éticas consagradas no Tratado, assim como no Código de Conduta dos Comissários. Não aceitei instruções de qualquer Governo nem de qualquer outra entidade, como demonstrei ao longo do meu último mandato. As responsabilidades especiais que decorrem da aceitação de um cargo público tornam essencial a concepção de estratégias eficazes para gerir conflitos de interesses. Preenchi uma nova declaração de interesses que estará disponível para escrutínio público. Comprometo-me a informar o Presidente Barroso de qualquer situação que possa implicar um conflito de interesses com as minhas funções. Durante o meu último mandato comprometi-me a não exercer outras actividades profissionais para além da pasta que me foi atribuída, um compromisso que mantenho.

## **Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões**

### **2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?**

Enquanto Comissária, considero que a minha função se exerce a três níveis: no contexto do Colégio, na minha equipa e, o mais importante, em prol dos europeus, representados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Globalmente, exerço uma função que está ao serviço de todas as partes interessadas.

Trabalho bem em equipa e, por natureza, sou adepta e construtora de consensos, e é desse modo que encaro o meu papel no Colégio de Comissários. Perante decisões difíceis, um órgão colegial corre o risco de impasse. Para avançarmos, e se estivermos convictos de que estamos a defender o interesse de todos os europeus, devemos primeiro compreender as dificuldades com que se deparam os nossos colegas e depois procurar compromissos criativos. Para mim, esta é uma das razões pelas quais o equilíbrio de géneros dentro do Colégio de Comissários é

tão importante.

No quotidiano, trabalho em estreita colaboração com o meu Gabinete e os meus serviços. Durante o meu mandato como Comissária da Concorrência, tomámos as medidas necessárias, através de uma reestruturação interna, para aumentar a transparência e a comunicação e melhorar os resultados e a eficiência na DG Concorrência. Para mim, foram medidas particularmente importantes, dado que sou a responsável política pela minha pasta.

Penso que a transparência e a boa comunicação são uma parte essencial de todo o trabalho que desenvolvo na Comissão. Presto contas das minhas acções a vós, Senhores Deputados, enquanto membros do Parlamento Europeu, e ao público em geral. O Parlamento desempenha um papel fundamental na salvaguarda da democracia na Europa e reflecte o interesse geral de todos os europeus. É por isso que devemos continuar a cooperar estreitamente. Pela minha parte, estou sempre disponível para comparecer às reuniões das comissões, receber delegações e responder às perguntas orais e escritas, tanto em Bruxelas como em Estrasburgo. Faço questão de manter essa disponibilidade e é minha intenção desenvolver um diálogo político construtivo com os Senhores Deputados e de colaborar através do processo de co-decisão, que, ainda antes do Tratado Lisboa, já se aplicava à maioria dos actos legislativos que integravam a pasta da Agenda Digital.

Além disso, darei publicamente conta da evolução dos meus dossiês através de conferências de imprensa e de entrevistas regulares. Evidentemente que uma comunicação eficaz é uma via com dois sentidos e, por isso, tenho sempre o máximo prazer em informar as pessoas de que me podem contactar através do meu sítio Web e colocar-me as perguntas que entenderem acerca de meu trabalho.

**3. Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

Para mim, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é um passo em frente no fortalecimento da democracia na Europa. Permite uma melhor cooperação interinstitucional e uma maior responsabilização, o que nos ajudará a trabalhar em conjunto em prol de uma União Europeia mais eficiente e eficaz, mais próxima dos cidadãos.

Agora mais do que nunca, poderemos partir de um consenso político a nível europeu para desenvolver iniciativas legislativas que dele careçam. A Comissão poderá colaborar mais estreitamente com o Parlamento, em grande medida graças ao facto de a co-decisão passar a ser o procedimento legislativo predominante. Entendo, evidentemente, que, para que o Parlamento participe integralmente no procedimento de co-decisão, é essencial que os deputados recebam o mesmo nível de informações que o Conselho.

A Comissão está profundamente empenhada em legislar melhor, o que, para mim, significa legislar apenas quando o valor acrescentado da legislação seja manifesto, orientar a legislação para objectivos mais precisos e adoptá-la depois de consultadas todas as partes interessadas e respeitando os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade. Significa também fazer

um melhor acompanhamento das iniciativas, para que possamos adoptar uma abordagem da legislação baseada numa visão mais completa e enquadrada, em conformidade com o Acordo-Quadro.

Com a valorização do procedimento de co-decisão, «legislar melhor» significará também melhorar os nossos procedimentos e o nosso diálogo e cultivar uma atmosfera de confiança mútua baseada na transparência. Penso que estas audições são uma boa forma de iniciar esse processo e, como disse, desejo que desenvolvamos uma boa relação de trabalho, pelo que espero reunir convosco bilateralmente e participar nas reuniões da comissão da Indústria, Investigação e Energia e da comissão da Cultura e Educação. Estou convicta de que, se o conseguirmos, a livre circulação de informações entre nós irá melhorar.

## **Perguntas relativas às políticas**

### **4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?**

As tecnologias da informação e das comunicações (TIC) permeiam hoje todos os sectores da nossa sociedade e, por isso mesmo, muitas políticas da Comissão contribuirão de forma positiva para o seu desenvolvimento – desde os fundos estruturais e de desenvolvimento rural até às Directivas em matéria de mercado único e de defesa do consumidor. A minha prioridade é desenvolver e implementar uma Agenda Digital Europeia que contribua para materializar a visão da estratégia da UE para 2020 (UE 2020)<sup>1</sup> e coloque os consumidores e os cidadãos no centro das suas preocupações. Tenciono desenvolver a Agenda Digital Europeia em estreita cooperação com o Parlamento Europeu e o Conselho, assim como com os meus colegas da Comissão. As minhas primeiras prioridades serão: (i) construir as redes de alta velocidade do futuro; (ii) tornar realidade o mercado único em linha; (iii) garantir que todos os cidadãos participem na sociedade da informação; e (iv) angariar mais apoio, e um apoio mais bem direccionado, para a investigação e a inovação no domínio das TIC. Tanto os cidadãos como as empresas, grandes ou pequenas, históricas ou concorrentes, consolidadas ou em fase de arranque, têm um papel a desempenhar enquanto motores da inovação.

#### **i. Construir as redes de alta velocidade do futuro**

Um elemento fundamental para a competitividade da Europa é o acesso generalizado à Internet de alta velocidade. A Comissão está empenhada em desenvolver a sua estratégia europeia para a banda larga, que se baseia na concorrência, numa combinação de tecnologias móveis e fixas e em parcerias público-privadas. Continuaremos a perseguir com determinação o duplo objectivo de conceder a todos os europeus acesso à banda larga básica até 2013 e de estimular a modernização rápida e generalizada das redes de modo a passarem a redes de nova geração nos próximos 5 a 10 anos. Através da revisão do quadro regulamentar das telecomunicações e do quadro dos auxílios estatais, foram dados os primeiros passos para promover o investimento público e privado, mas temos que continuar a eliminar obstáculos e a criar incentivos, embora respeitando o princípio da neutralidade tecnológica, ao investimento em novos serviços e na infra-estrutura de classe mundial de que a Europa

---

<sup>1</sup> Consulta sobre a futura estratégia «UE 2020», COM(2009) 647, 24 de Novembro de 2009.

precisa.

## **ii. Tornar realidade o mercado único em linha**

A «economia electrónica» possui um enorme potencial económico, mas, com demasiada frequência, os consumidores e as empresas não aderem às transacções em linha entre Estados-Membros devido aos obstáculos jurídicos e regulamentares. Nos últimos 18 meses, presidi a uma série de mesas redondas destinadas a construir consensos acerca do comércio em linha. Os participantes nessas reuniões acordaram em desenvolver novas plataformas de licenciamento e licenças multiterritoriais e em estabelecer um quadro comum para o intercâmbio de informações sobre a propriedade dos direitos, tendo alguns deles (como a Apple e a Amazon) assumido o compromisso de aumentarem a cobertura geográfica dos seus serviços na UE. Há, no entanto, muito mais a fazer, em questões que vão da oferta de conteúdos digitais até à eliminação dos receios dos consumidores quanto aos pagamentos electrónicos e aos seus direitos contratuais. Pretendo continuar a garantir, em estreita cooperação com os meus colegas, que a Comissão desempenhe um papel útil no desenvolvimento de soluções práticas, proporcionadas e inovadoras que criem uma verdadeira economia europeia em linha.

## **iii. Garantir a participação de todos os cidadãos na sociedade da informação**

Temos de continuar a melhorar a qualidade dos serviços em linha (saúde em linha, governo electrónico e info-inclusão) nos sectores público e privado. Para isso, precisamos de normas eficazes no domínio das TIC que promovam, nomeadamente, as soluções interoperáveis. Necessitamos também de garantir que as novas tecnologias sejam seguras e que respeitem a privacidade e que as redes sejam fiáveis e resilientes, abertas e neutras. Todos os europeus – incluindo, evidentemente, as gerações mais jovens – devem ser informados dos seus direitos e obrigações na Internet. Para isso, há que intensificar o trabalho em prol de uma Internet mais segura, por exemplo em matéria de videojogos violentos, e realizar esforços para aumentar a literacia mediática. Temos de prosseguir os nossos esforços para evitar uma fractura digital nas nossas sociedades, que coloca em desvantagem os grupos mais vulneráveis, como as famílias de mais baixos rendimentos, os cidadãos mais idosos e os jovens desempregados, e, em vez disso, melhorar a contribuição positiva que as TIC podem dar para uma economia digital sustentável.

## **iv. Angariar mais apoio, e um apoio mais bem direccionado, para a investigação e a inovação no domínio das TIC**

A investigação e a inovação na Europa encontram-se ainda compartimentadas e as nossas redes nacionais de investigação e ensino estão muito pouco desenvolvidas, dois factores que, conjugados, ameaçam a nossa competitividade a nível mundial. Tenho a profunda convicção de que a investigação e a inovação no domínio das TIC são a chave que permite responder a alguns dos desafios mais sérios da Europa – desde o desenvolvimento de uma economia verde e hipocarbónica até à prestação de cuidados à nossa população cada vez mais envelhecida e, por isso, há que colocá-las no centro de muitas das nossas futuras iniciativas políticas. Precisamos de criar melhores condições para o investimento privado em Investigação e Desenvolvimento sobre essas tecnologias e reforçar e facilitar a coordenação do apoio público. Os fundos que concedermos à investigação devem estar acessíveis às PME e às empresas recém-criadas inovadoras, para impulsionar os novos talentos europeus. Estarei muito atenta à gestão do orçamento da parte «TIC» do programa-quadro de I&D, do Programa para a Competitividade e a Inovação (PCI) e dos outros instrumentos financeiros

sob a minha responsabilidade. Tenciono também ter um papel activo no desenvolvimento das próximas perspectivas financeiras para a rubrica TIC do 8.º programa-quadro e do programa sucessor do actual PCI. Procederei também à avaliação do funcionamento das actuais iniciativas tecnológicas conjuntas (Artemis e ENIAC) e preparar-me-ei para a constituição de novas parcerias público-privadas no domínio das TIC.

**5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?**

Conto definir as iniciativas que constituirão a Agenda Digital nos primeiros seis meses do meu mandato. O objectivo desta agenda é promover um quadro político integrado para as TIC, que contemple quer a oferta quer a procura de serviços, produtos e conteúdos digitais e garanta que a Europa se mantenha na vanguarda em matéria tecnológica. Estudarei também o modo de promover a implantação e a adesão às redes Internet de alta velocidade, fixas e móveis, na UE, assim como uma política coordenada em matéria de radiofrequências. Aguardarei com interesse os contributos do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu da Primavera de 2010 e da reunião informal dos Ministros das Telecomunicações, em Granada, no mês de Abril, assim como das outras partes interessadas e da sociedade civil. Espero que a versão final da Agenda Digital esteja pronta a ser apresentada no Verão de 2010.

Partilho inteiramente do ponto de vista de que a União Europeia apenas deve legislar se a consulta pública confirmar que é necessário e proporcionado agir a nível europeu e se a acção europeia contribuir para a consecução dos objectivos acima referidos com o mínimo custo económico possível. O Presidente Barroso atribui grande importância a uma legislação «inteligente» e à avaliação rigorosa e sistemática, pela Comissão, não só dos seus programas de gastos mas também das suas propostas legislativas e da aplicação da legislação existente. Tenciono implementar a Agenda Digital através de iniciativas legislativas e não legislativas nos seguintes três domínios: i) construção das redes de alta velocidade do futuro; ii) conteúdos digitais europeus; e iii) cidadania digital.

**i. Construção das redes de alta velocidade do futuro**

Este ano, a Comissão apresentará igualmente uma Recomendação sobre o acesso regulamentado às redes de acesso da próxima geração, com o objectivo de promover mais a adesão às redes de alta velocidade. Trataremos de imediato da criação do organismo dos reguladores europeus das comunicações electrónicas (ORECE).

No decurso de 2010, a Comissão lançará uma ampla consulta pública sobre a questão das obrigações de serviço universal. Espero contar com a participação activa do Parlamento Europeu neste debate, que servirá de base para uma Comunicação da Comissão à qual se seguirão, se necessário, propostas legislativas em finais de 2010.

A Comissão está a encorajar activamente os Estados-Membros a concluírem, até Janeiro de 2012, o seu processo de transição para o digital e a abrirem a faixa dos 800 MHz para o desenvolvimento de serviços de comunicações sem fios. Penso que a Europa deve tirar o

máximo proveito da oportunidade oferecida pela reatribuição do espectro e que a adopção de uma abordagem coordenada dará um contributo valioso para a recuperação económica. Penso também que o desenvolvimento de uma política ambiciosa em matéria de espectro na Europa criará igualmente condições favoráveis para o desenvolvimento de um manancial de novos serviços, nomeadamente serviços móveis de banda larga.

O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão um programa plurianual no âmbito da política do espectro que fornecerá uma orientação estratégica para a utilização das radiofrequências na Europa. Espero participar na primeira Cimeira do Espectro com o Parlamento Europeu, que considero um bom fórum para uma discussão mais detalhada das nossas futuras prioridades.

## **ii. Política em matéria de conteúdos digitais europeus**

Entre as prioridades imediatas, quero concentrar-me na criação de um verdadeiro mercado único dos conteúdos e na criação de condições que facilitem a digitalização do património cultural da Europa. Para isso, será preciso coordenar as medidas dentro da própria Comissão e com as outras instituições, por forma a eliminar a actual fragmentação do mercado da UE. Efectuarei um exame exaustivo das disposições sobre licenciamento que autorizam o acesso aos conteúdos, nomeadamente no que respeita às obras já não editadas e órfãs e tendo em vista o estabelecimento de uma base sustentável para a biblioteca digital europeia (*Europeana*) e a digitalização em grande escala das obras culturais da Europa. Contribuirei, em estreita cooperação com o Comissário responsável pelo mercado interno, para os objectivos da Comissão de criar um ambiente propício ao desenvolvimento de uma oferta credível, competitiva e pan-europeia de conteúdos em linha, incluindo a protecção eficaz da propriedade intelectual para quem oferece esses conteúdos, de modo a acabar com a maré de descarregamentos ilegais.

A Comissão também procurará renovar o mandato da Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA). Espero ainda que os resultados dos debates realizados no ano passado sobre pirataria informática sirvam de base para propostas de modernização e de reforço da segurança das redes e da informação a nível europeu. Também planeamos apresentar um relatório sobre a aplicação da Directiva relativa aos serviços de comunicação social audiovisual, efectuar a revisão da Directiva relativa às informações do sector público e avaliar a necessidade de rever o sistema europeu de classificação de jogos vídeo.

## **iii. Política em prol de uma cidadania digital**

Dedicarei especial atenção à contribuição da Europa para a produção de normas abertas e de alta qualidade no domínio das TIC. Além disso, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho de Ministros, antes do final 2010, um relatório sobre a questão da neutralidade das redes, tomando como ponto de partida as novas disposições do «pacote das telecomunicações».

Os cidadãos europeus devem beneficiar dos serviços digitais também quando exercem os seus direitos de livre circulação. Em Junho, a Comissão publicará um relatório provisório sobre o Regulamento relativo ao *roaming*, que será seguido de uma revisão integral. Acompanharei atentamente a evolução das tarifas de *roaming* na Europa e espero ver baixar consideravelmente os preços retalhistas do *roaming* de dados e o fim das facturas-choque.

A protecção dos dados pessoais é um desafio cada vez mais exigente à medida que surgem novas tecnologias. É minha intenção trabalhar com a Comissária Viviane Reding na avaliação dos resultados da consulta pública sobre a Directiva relativa à protecção dos dados em geral.



A Comissão também acompanhará atentamente a aplicação efectiva das novas regras relativas à protecção da privacidade, que têm de ser transpostas até 2011. Em estreita cooperação com a Autoridade Europeia da Protecção de Dados, tenciono também ter um papel proactivo na questão da notificação das violações.

Entre as outras acções fundamentais que dirigirei figuram o acompanhamento dos planos de acção relativos ao governo electrónico (eGovernment), à info-inclusão (e-Inclusion) e à saúde em linha (eHealth) e das declarações ministeriais. Ponderarei também a apresentação de uma proposta de regulamento sobre o sistema de chamadas de emergência automáticas (eCall) a instalar nos veículos e de propostas que visem desenvolver a nossa política de utilização das TIC para a eficiência energética.